

## ANIMAIS DE COMPANHIA POTENCIALMENTE PERIGOSOS



Entende-se por animais potencialmente perigosos, os animais que, “devido às características da espécie, comportamento agressivo, tamanho ou potência das mandíbulas, podem causar lesão ou morte a pessoas ou outros animais” (decreto-lei nº312/2003). Em Portugal, as raças que se enquadram nesta definição, são as seguintes:

- Cão de Fila Brasileiro
- Dogue Argentino
- Pit Bull Terrier
- Rottweiler
- Staffordshire Terrier Americano
- Staffordshire Bull Terrier
- Tosa Inu

Estão também incluídos os animais descendentes de cruzamentos destas raças entre si ou cruzamentos destas com outras raças.

Quem é proprietário de um animal destes deve cumprir as seguintes regras:

1 – Possuir uma licença especial emitida pela Junta de Freguesia da área de residência do detentor. Para obter esta licença o proprietário deverá:

- Ser maior de idade;
- Ter realizado, previamente, um seguro de responsabilidade civil para o canídeo;
- Ter colocado microchip electrónico de identificação no animal;
- Ter vacinado o cão contra a raiva há menos de um ano (o que, aliás, é obrigatório para qualquer um);
- Entregar, na Junta de Freguesia, certidão do seu Registo Criminal que prove não ter sido condenado por crime contra a vida ou a integridade física de outros; e
- Assinar, na Junta de Freguesia, um termo de responsabilidade onde declara o tipo de condições de alojamento do animal, quais as medidas de segurança que estão implementadas e o historial de agressividade do animal em causa.

2 – O animal apenas pode ser passeado na rua por pessoas com idade superior a 16 anos e deve fazê-lo de açaime e trela curta (até 1 metro de comprimento).

3 - Os alojamentos dos canídeos terão de ter condições que não permitam a sua fuga e é necessário afixar, em local visível, placa de aviso da presença do animal.

Dr.ª Alexandra Abreu